TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 29ª (VIGÉSIMA NONA) SESSÃO ORDINÁRIA
DE 15 DE ABRIL DE 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Queremos cumprimentar todas as pessoas que estão no auditório, pastores, pessoas que anseiam em ver seus pleitos aprovados. Bem-vindos à Casa do povo.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 66, de 17/04/2009, juntamente com a ata sucinta da 29ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 28ª Sessão Ordinária;

- Ata da 25ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar os pastores que estão presentes na galeria da Casa para acompanhar a votação do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, que muito interessa a comunidade cristã de uma maneira geral, evangélica, católica, a cada um de nós. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. Espero que tenhamos sucesso no nosso pleito nesta tarde de quarta-feira.

Aproveito também, Sr. Presidente, para solicitar a retirada de tramitação do Requerimento nº 1.434, de 2009, uma vez que foi aprovado em uma comissão e já houve audiência.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que fizesse uma inversão de pauta para colocar em primeiro lugar na ordem de votação o processo relativo às igrejas, já que é um dos assuntos mais discutidos nesta Casa e os interessados têm vindo já inúmeras vezes aqui. Ele consta na pauta como o item nº 11; portanto, não haverá tanto transtorno nesta inversão.

Peço também que se inclua, na pauta de hoje, o Projeto de Lei nº 1.197, de 2009, que trata de um crédito suplementar de 4 milhões de reais para custear os eventos do aniversário de Brasília. Se não resolvermos essa situação nesta semana, nós estaremos inviabilizando as comemorações do aniversário de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu informo a V.Exa. que o Projeto de Lei nº 1.197, de 2009, já está na pauta como o Item nº 31.

A Presidência acata a inversão.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, a inversão é para que, logo após o projeto das igrejas, entre esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. Faremos inversão da pauta para votarmos, primeiro, o projeto que trata da regularização das igrejas e, logo em seguida, o projeto que trata do crédito suplementar para as festividades do aniversário de Brasília.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Bispo Renato solicitou uso da palavra.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, retiro minha solicitação. Eu tinha pedido uma retirada de tramitação, mas está sendo feito o requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

Também quero saudar e cumprimentar todos os amigos que estão na galeria, os pastores, missionários, obreiros, diáconos, líderes de igrejas, padres, líderes católicos, presidentes dos conselhos de pastores. É uma alegria recebê-los nesta tarde.

Queria lembrar aos Deputados que foi feito, na semana passada, um acordo para a discussão e a tramitação do projeto que trata da regularização das igrejas e que, por força desse acordo, Deputado Bispo Renato, esse projeto seria apreciado hoje em primeiro turno.

Nove vetos trancam a pauta. Somente por acordo poderemos iniciar o processo de votação das igrejas antes de apreciarmos esses vetos. Mas, certamente, no momento em que dermos início à Ordem do Dia, nós colocaremos a questão em discussão, uma vez que não temos ainda *quorum* para deliberar sobre este assunto.

Enquanto os Deputados não chegam, esta Presidência gostaria de fazer um comunicado aos Parlamentares, aos assessores e à imprensa em geral, especialmente à imprensa que cobre a Casa: na terça-feira passada, dia 7 de abril, demos à Assessoria de Plenário o prazo de 30 dias para que ela disponibilizasse, anexos a todos os itens da Ordem do Dia, os dados informativos de tramitação e de conteúdo das proposições que constam na pauta de votação, sem entrar no mérito delas.

Quero, então, cumprimentar a Assessoria de Plenário, que respondeu com rapidez e eficiência, disponibilizando, tanto interna quanto externamente, através do *site* da Câmara Legislativa, todas as informações referentes aos projetos que constam na Ordem do Dia, com a manifestação crítica de todos eles, independentemente do seu conteúdo.

Quero registrar que esse trabalho de análise é fruto do que vimos, Deputado Wilson Lima, nas visitas que estamos fazendo a outras casas legislativas. Nós observamos aqui que, com muita competência, a Liderança do PT tem a sua Ordem do Dia comentada internamente, dentro da sua bancada. A partir de hoje, a Casa, de forma institucional, estará fazendo comentário de todas as propostas que constam da Ordem do Dia. Hoje, todos que acessarem o *site* da Câmara Legislativa do Distrito Federal poderão clicar e ver ali o conteúdo, o comentário e o significado dos projetos. Buscamos essa ideia na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Lá, os Deputados, quando chegam à sessão, já têm informação do conteúdo de todos os projetos, inclusive dos projetos de autoria dos Deputados.

Então, trazemos ao conhecimento de todos que cobrem desta Casa, dos Deputados, dos seus assessores que, a partir de hoje, a Assessoria de Plenário, estará disponibilizando internamente no *site* da Câmara o comentário e o conteúdo de todas as proposições que tramitam na Casa. Inclusive, Deputada Erika Kokay, com críticas. Há o caso de um projeto do Governo que trata do plano de saúde dos servidores, em que a própria assessoria, ao fazer o comentário, questiona se o plano não deveria ser um projeto de lei complementar ou um projeto de lei simples, até porque, na lei que aprovamos que trata da previdência, o Governo tinha um prazo para encaminhar à Câmara Legislativa um projeto de lei complementar. Então, de forma absolutamente imparcial, a Assessoria de Plenário fará comentários sobre o conteúdo dos projetos, sem entrar no mérito quanto ao projeto ser bom ou não. Quem fará isso são os Deputados e aqueles que estão fiscalizando os trabalhos desta Casa.

Esse era o comunicado que esta Presidência tinha a fazer como o primeiro resultado das visitas que estamos fazendo às casas legislativas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho extremamente importante que essa medida seja adotada para que a população possa conhecer os projetos e para que possamos dar a mais absoluta transparência a todas as matérias que passam por esta Casa, possibilitando inclusive a intervenção da população, particularmente, no que diz respeito a projetos que envolvem, por lei maior — ou pela Constituição, ou por leis federais, ou pela Lei Orgânica —, a participação popular para a sua devida aprovação.

É nesse sentido que eu diria que seria muito importante que os anexos do projeto que trata da regularização dos lotes de assistência social e assistência religiosa também estivessem no *site.*

Nós recebemos os anexos com todos os endereços — recebi-os, inclusive, na minha casa —, mas não recebemos as fotos. Não sei se chegou hoje à liderança, mas não recebemos até o momento as fotografias dos endereços. Recebemos apenas a relação dos endereços. Essa relação deveria estar também no *site* porque ela é parte integrante do projeto a partir do art. 21, que estabelece que os anexos, como no caso do PDOT, e tudo aquilo que for fundamental para que haja um bom discernimento também faça parte do projeto.

Sabe por que digo isso, Sr. Presidente? Porque a população tem que ter o direito de, acessando o *site*, saber exatamente quais serão os lotes que estão no projeto para serem regularizados. Inclusive, Sr. Presidente, uma coisa que me inquieta é saber qual foi o critério desse poder discricionário do Executivo de ter incluído esses endereços, porque sei que não existem apenas esses templos aqui no

Distrito Federal que exigiriam ou que exigem uma atitude na perspectiva de regularização. Existem outros templos, com certeza absoluta, e temos apenas em torno de mil, mil e cem, mil e duzentos endereços colocados no *site.*

Portanto, qual foi o critério para que esses endereços fossem colocados ou fizessem parte do projeto? Nada contra os endereços que ali estão, mas quero apenas apontar a necessidade de que outros templos também tenham o direito de ser regularizados, obviamente desde que não sejam feridas todas as leis que se sobrepõem. Inclusive, há uma lei completar distrital.

Que não se fira a Lei Orgânica do Distrito Federal, que não se fira a Constituição, que não se fira a lei de parcelamentos e que não se fira o Estatuto das Cidades. Portanto, se estiverem dentro dos critérios, como estão os 390 endereços que estão absolutamente regulares, poderão imediatamente ser regularizados, sem nenhum temor de que venham a ser questionados por sua legalidade. Mas eu gostaria, inclusive, Sr. Presidente, se é que V.Exa. pode me responder, de saber quais foram os critérios.

Cabe a esta Casa, como essa é uma iniciativa exclusiva do Poder Executivo, fazer pleitos e gestões junto àquele Poder para que as entidades — e eu repito — que estejam dentro da esteira da legalidade possam também se beneficiar desta regularização.

Sr. Presidente, digo que, infelizmente, até o dia de ontem, não havia no *site* os endereçamentos, mas, como essa decisão, comunicou-me V.Exa., foi tomada a partir de hoje, espero que nunca mais precisemos fazer aqui esse tipo de solicitação, que será superada pela iniciativa já tomada por V.Exa. ou pela Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, informo a V.Exa. que a assessoria do Partido dos Trabalhadores solicitou a cópia das fotografias. A informação que eu tenho da Mesa é que, como a Líder não estava no momento, a cópia foi entregue ao Vice-Líder, Deputado Cabo Patrício, no dia de ontem e que hoje já teria sido entregue em seu gabinete.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Wilson Lima que solicitasse o protocolo desse encaminhamento à pessoa que o entregou.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, creio que foi entregue ontem, até porque confio na palavra da Líder do Governo, que disse na reunião da Comissão de Assuntos Fundiários ontem que remeteria para todos os Parlamentares todos os anexos, inclusive, as fotografias, que me parece são fundamentais, porque nós vemos nos endereços que existem vários que são vizinhos, o que nos causa estranheza. Alguns estão em praças, enfim.

É preciso que nós tenhamos as fotografias, até, Sr. Presidente, para que não tenhamos o desgaste que foi absorvido quase que completamente por esta Casa, embora ele tenha sido originado no Executivo. O Executivo encaminhou dois terços

dos endereçamentos. Os escândalos que pulularam na imprensa, na sua grande maioria, fizeram parte do projeto remetido pelo Executivo.

Ainda que tenha chegado — e eu acredito que tenha chegado realmente, porque confio na palavra da Líder do Governo — V.Exa. há de convir que são mais de mil endereços, mais de mil fotografias para serem confrontadas com os endereços em poucas horas! Sabemos que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem uma celeridade e uma competência imensa, mas não chega a esse ponto, Sr. Presidente. Não chega ao ponto de, em poucas horas, analisar mais de mil fotografias.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, uma colocação que V.Exa. fez, sobre a possibilidade de igrejas ou instituições ficarem de fora, é bem verdade. É bem provável que alguma instituição, que alguma igreja, seja evangélica, seja católica, não tenha sido contemplada. Como esse projeto tem sido amplamente divulgado pela imprensa, e há o interesse do Governo e desta Casa nessa regularização, o Governo tem usado dos meios que pode em relação à questão da publicidade, dos seus conselhos, com o apoio dos conselhos de pastores e da Mitra, e também das instituições sociais. Ele fez a divulgação para que aqueles que se encontrassem em situação irregular pudessem pleitear junto ao Governo a inclusão do seu terreno.

Esse pleito foi feito através desses conselhos. Eu digo isso porque participei dessas discussões quando fui Líder de Governo. Portanto, todo dia, Deputada Eurides Brito, sempre vai haver um novo. O Governador assumiu um compromisso não apenas com esta Presidência, mas com esta Casa, e nós já podemos exercitá-lo a partir de sexta-feira. Para qualquer instituição que porventura não esteja contemplada nesse projeto, para que não sofra o vício de incluí-la e seja questionada a legalidade ou não de uma emenda que possa vir a prejudicar o projeto, o Governo assumiu um compromisso de que, em todos os que forem aparecendo, o mesmo procedimento será feito. A TERRACAP vai, fotografa, confere, e o projeto se encontra em uma daquelas dez modalidades que está incluído o projeto, o Governador manda imediatamente uma nova mensagem para esta Casa. Inclusive, já nos questionou sobre isso e já se colocou à disposição. Deputada Eurides Brito, V.Exa., também, já confirmou isso comigo.

É provável que algum pastor ou algum padre presente nesta galeria não tenha seu terreno ou sua área contemplada. Para que não percamos o objeto, sugiro que não deixemos de votar e apreciar, para que não sejam prejudicados os mais de mil projetos que estão nesta pauta. Num segundo momento, a partir da semana que vem, o Governo mandaria um segundo projeto para esta Casa, salvo melhor juízo. Eu quero a confirmação da Líder do Governo, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com certeza. V.Exa. retrata exatamente o que vamos fazer.

Vou me pronunciar apenas em consideração à plateia que está conosco hoje, que praticamente é formada por representantes de entidades religiosas de todas as denominações, de todas as religiões, que não tiveram tratamento diversificado, tiveram tratamento igualitário, como deve acontecer no estado laico, como é o caso brasileiro.

É bom que se diga – estou dizendo em respeito a eles, porque os Parlamentares da Casa o sabem sobejamente, os Parlamentares da Casa têm a obrigação de comparecerem a todas as reuniões para as quais são convocados, ou encaminhar seus representantes, para que acompanhem as decisões que estão sendo tomadas – que esse Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, é apenas – isso foi dito já centenas de vezes – o primeiro passo para a regularização das áreas que se encontram nos anexos da proposição. Porque, também, é bom que todos os interessados saibam que estar no anexo não significa que já saiu pronto o seu terreno para ser registrado. Há uma série de passos, ainda, que vão ser dados, porque há pré-requisitos formais que não podem ser dispensados nem por esta Casa, nem podem ser dispensados pelo Poder Executivo. Mas, para que possam ter a regularização da área e ter as vantagens do referido PLC, precisam estar rigorosamente em dia com todas as exigências.

Sr. Presidente, V.Exa. ontem estava a serviço da Casa, fora de Brasília, eu disse e reiterei: eu mesma me senti prejudicada por três instituições, três igrejas que estavam na relação e que não estão mais. Mas assumi com os colegas o seguinte: para não sacrificar centenas de instituições que já podem começar a deflagrar o processo, vou entrar humildemente com essas três proposições – aliás, resgatando três que já estavam –, vou entrar neste processo que vamos começar a construir a partir de sexta-feira, com a anuência do Governador. E vai andar rápido porque todos nós já sabemos quais são, quem é que ficou fora.

Agora, entidades religiosas ou entidades sociais que estão assistindo durante dois anos à discussão sobre a regularização e não procuraram a TERRACAP para tratar da sua regularização estão dormindo no ponto. Mas para elas, também, há solução. Não há solução para quem estiver fora das regras, despertou agora e queira entrar aproveitando as regras. Mas, se ela mostrar: "olha, eu não sabia, mudou de presidente, viajou e não tomou conta, mas está aqui a documentação, está provado", não há nenhum problema. Por isso estamos dizendo: é o primeiro passo.

Por isso, Sr. Presidente, interessa a todos nós que estamos aqui, com certeza absoluta, quer sejam os parlamentares, quer seja a audiência que hoje veio nos prestigiar e acompanhar. São eles quem, na verdade, mais têm sofrido. Queremos dizer que não há mais por que postergar. Não há por que dizer que o projeto que aqui está trata de assuntos referentes ao projeto de lei complementar e só por isso é

inconstitucional, não. Ele é uma regra normativa para o que fazer nas diferentes situações e os passos que devem ser dados. Quem já está hoje em terreno de igreja, é claro, vai ter sua regularização bem mais rápida do que aquele que segue os parâmetros, cuja igreja, na verdade, foi construída em local que, posteriormente, necessita de alteração de uso, votado por esta Casa, para que lá possa estar realmente a igreja. Não podemos postergar a discussão. A ninguém serve. Eu acho que não serve a ninguém o postergamento da votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu só queria fazer um comentário antes da questão de ordem da Deputada Erika Kokay. Quando discutimos na terça-feira da semana passada, Deputado Milton Barbosa, a questão do cronograma da tramitação – estaríamos votando o primeiro turno no dia de hoje e o segundo turno amanhã –, apenas um detalhe não foi negociado, e é importante que o Plenário possa avaliar, que é a questão dos vetos, Deputada Erika Kokay. A pauta está sobrestada com nove vetos.

Então, esta Presidência consulta os Líderes da possibilidade de pularmos esses vetos para iniciarmos o projeto que trata da regularização das igrejas e, se pudermos ainda, abrirmos mão da falação no horário de líderes e no horário de parlamentares para nos ater à discussão do projeto, o que certamente abreviaria o tempo. Certamente os nossos ilustres visitantes hoje estão nesse plenário. Essa é uma decisão que cabe ao Plenário e só faremos se efetivamente houver acordo em relação à questão da pauta trancada em função dos vetos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todos os religiosos e pessoas que exercem a atividade da assistência social, porque são atividades absolutamente fundamentais para o exercício e a construção que não está dada, e deveria estar. O simples fato de sermos seres humanos e termos vindo à Terra como seres humanos deveria bastar, mas essa condição humana é, muitas vezes, um processo em construção. E tanto a assistência religiosa quanto a assistência social são elementos fundamentais para esta construção.

Quero dizer a V.Exa. que não temos nenhum tipo de problema em apreciar imediatamente o projeto relativo às igrejas. Apenas dizer que, se o Estado verdadeiramente é laico – V.Exa. disse que foram consultadas entidades relacionadas ou entidades de instituições cristãs, no que me incluo, pois me considero cristã, mas apenas entidades cristãs –, outras entidades religiosas, não cristãs, não estão contempladas.

Então, eu diria, Sr. Presidente, que na medida em que V.Exa. diz que foi uma discussão do Governador com a Mitra e uma discussão com o conselho de pastores

que levantou os endereços necessários... acho ótimo que tenham os endereços, mas é preciso que esse processo seja absolutamente transparente, até porque muitas entidades acreditavam – e falo mais de assistência social, que é o que acompanho mais de perto – que, por si só, o projeto já regularizava, que não estaria condicionado ao endereço ali aposto. Sr. Presidente, muitas entidades, particularmente de assistência social, procuraram-nos para dizer que achavam que o projeto, uma vez aprovado, por si só teria automaticamente a regularização. Essas entidades, portanto, não estão se sentindo contempladas e não estão realmente contempladas, porque ali não há os seus endereços. Então, acho que deveríamos encontrar uma forma mais concreta de assegurar que as entidades, dentro da legalidade, possam também ser contempladas com a regularização.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que vi pelos jornais que não mais seriam aceitas emendas. Acho o método extremamente lamentável, até porque há um regimento nesta Casa. Nem Líder do Governo, nem quem quer que seja — de qualquer instituição, bloco ou partido nesta Casa — pode ir à imprensa e simplesmente dizer que há uma decisão desta Casa de que não serão apresentadas emendas, as quais o Regimento assegura. É uma prerrogativa do Parlamentar apresentar emendas, até em segundo turno. Obviamente, V.Exa. está propondo um acordo, para que possamos contemplar as pessoas que aqui estão e para que elas possam participar da votação do projeto que diz respeito às suas vidas religiosas, às suas vidas para além de si mesmas. Estamos de acordo com isso, mas não participamos e não participaremos de nenhum acordo que vete o direito regimental, a prerrogativa parlamentar de apresentar emendas, porque significaria reconhecer o que, de maneira errônea e falaciosa, disse a imprensa muitas vezes - quando os Parlamentares emendam, o projeto fica confuso. Saiu recentemente nessa mesma matéria, se não me engano, a avaliação de que o projeto chegou perfeito a esta Casa e que, com as emendas parlamentares, ele caiu na irregularidade ou na ilegalidade.

Portanto, eu queria aqui deixar a posição do Partido dos Trabalhadores de que tem de ser assegurado o direito do Parlamentar de estabelecer emendas para esse projeto e para todos os outros, a não ser que haja uma grande discussão e se construa um consenso em situações pontuais específicas, que possam fazer com que não estabeleçamos isso.

Por fim, informo que vou me retirar em seguida porque haverá uma "mesa redonda" no Conselho Nacional de Saúde, para discutirmos a pauta da terceirização da saúde no Distrito Federal, em que será tomada uma posição em nível nacional acerca da saúde no Distrito Federal. Como já estava agendada previamente, há algum tempo, vou ter que me retirar. Mas digo que a bancada do Partido dos Trabalhadores não terá um voto único. A bancada está liberada para se posicionar sobre esse projeto das igrejas conforme demandar a consciência e a avaliação individual de cada Parlamentar. Eu particularmente, Sr. Presidente, talvez não tenha

a oportunidade de votar em primeiro turno, mas votarei em segundo turno. Digo a V.Exa. que tenho muita dificuldade em votar favoravelmente a esse projeto, porque ele traz uma série de irregularidades. Aqui foi dito que o tratamento é igualitário, mas as situações são diferenciadas. Há casos, Sr. Presidente, em que se pode até permitir que a igreja modifique a utilização múltipla. Fere-se a Lei de Parcelamento em alguns casos; fere-se a Lei Orgânica em outros casos; fere-se a Constituição em outros casos. Não vou estar aqui.

Eu gostaria muito de votar favoravelmente a esse projeto. Seria necessário muito pouco para que votasse favoravelmente a ele. Bastaria apenas colocá-lo na esteira da legalidade, construída por este País e por esta cidade. Isso não foi feito. Há alguns grupos. Eu propus na Comissão de Assuntos Fundiários que desmembrássemos o projeto e votássemos imediatamente a parte que se refere às 390 igrejas e entidades de assistência social que estão dentro da legalidade. Acho importante regularizar. É importante a função da igreja e fundamental a função da assistência social, mas não posso colocar meu voto num projeto com tantas irregularidades — em parte dele, não no todo, mas em parte dele.

Portanto, talvez eu não tenha a oportunidade de votar em primeiro turno, mas, como gosto de deixar minhas posições extremamente claras, quero, em primeiro lugar, que esta Mesa decida que não existe acordo sobre não se apresentar emendas ao projeto e, em segundo lugar, que fique clara a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, que está liberada para exercer o voto de acordo com o entendimento e a compreensão de cada Parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Quero responder à Deputada Erika Kokay.

Em momento algum esta Presidência afirmou que não aceitará emendas. Isso é regimental, Deputada Erika Kokay. A apresentação de emendas está prevista no Regimento interno, é legítima, qualquer Parlamentar poderá fazê-lo.

Quero pedir à Assessoria de Plenário que distribua as notas taquigráficas aos gabinetes dos Deputados quando fizermos um acordo, um cronograma. Deputada Eurides Brito, fizemos um acordo na terça-feira da semana passada, montamos um cronograma, convidamos todos os Deputados para discutir os anexos, em que estão todos os lotes. A TERRACAP estava presente, assim como a Casa Civil. Ainda perguntamos se havia alguma instituição de fora para que houvesse oportunidade de inseri-la na discussão. Deputados trouxeram sugestões, em vez de apresentar emenda, e essa foi uma orientação da bancada do Partido dos Trabalhadores do ano passado. O Deputado Chico Leite, com muita maestria e eloquência, expôs que a inclusão de um novo endereço no projeto poderia feri-lo, poderia trazê-lo à ilegalidade.

Então, Deputado Chico Leite, seguindo a orientação de V.Exa., nós pedimos ao Governo que se reunisse conosco. Montamos o cronograma, verificamos os lotes

que estavam de fora, como a área Pastor Ercival, que foi incluída. Eles checaram, fotografaram e retornaram. Depois, Deputada Eurides Brito, passamos à discussão do texto. Os Deputados tiveram todas as oportunidades de fazer as suas contribuições, evitando a apresentação de emendas em plenário para que amanhã ou depois alguém não venha questionar a legalidade dessa emenda.

O intuito era apenas esse. Em momento algum esta Presidência se posicionou contrariamente à apresentação de emendas. Esse procedimento objetivava preservar o interesse público e o interesse das igrejas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero cumprimentar todos os religiosos presentes na galeria, os dirigentes de entidades.

Quero dizer que sou - como fui quanto ao outro projeto – totalmente favorável ao projeto que o Governador enviou a esta Casa para legalizar os terrenos. Trata-se de uma luta histórica, inglória, inclusive. Fui administrador de duas cidades e acompanhei as agruras por que passam os religiosos e os dirigentes de entidades.

Sr. Presidente, ouvi V.Exa. dizer que houve uma reunião em que foi ofertado às pessoas olhar a relação e corrigir endereços. A minha assessora Ana Cristina Rezende Nogueira estava em uma dessas reuniões e apresentou uma relação de três templos da Assembleia de Deus - do Pastor Caetano, que está sentado ali na galeria - que constavam no primeiro projeto, mas estavam de fora deste, como ainda estão. Ela perguntou o que fazer e disseram-lhe que era muito justo, mas que teria de ficar para um projeto novo. Então, se deram oportunidade para alguns, para ela não deram.

Quero reiterar que sou totalmente favorável ao projeto. Voto hoje o primeiro e o segundo turnos se assim o fizermos. Não há problema. Só não abro mão, em acordo algum - e podem estar os 23 Deputados juntos -, da prerrogativa Parlamentar para consertar injustiças como essa. E tem mais: fiz emenda porque não confiei. Mandei irem lá e fotografar, também. Tem até IPTU. Então, a minha emenda tem começo, meio e fim. Então, não abro mão da emenda. Não sei qual o destino que ela vai ter e não me interessa saber. Sou um operador do Direito também, de entendimento regular. Sou advogado.

Já vi aqui emendas que, em tese, não eram de iniciativa de Parlamentar e que foram sancionadas pelo Governador, inclusive IPTU e TLP, na época em que V.Exa. era do DEM, do Partido da Frente Liberal. Não vejo problema nenhum nisso.

O que não se poder fazer é deixar uma injustiça como essa e como outras. Até o Deputado Brunelli e a Deputada Eurides Brito já ficaram de fora.

Não vou me conformar – é questão minha, pessoal, de Parlamentar... não vou abrir mão da emenda. Não me interessa o resultado que ela vai ter. Se vai ser vetada, que vetem e deem os motivos, porque vou dizer lá por que vetaram.

Também não estou excluindo a possibilidade de eu ir ao Governo, acompanhando a equipe de Parlamentares, para fazer um novo projeto incluindo essas mesmas entidades. O meu direito de Parlamentar, que é um direito sagrado, eu não vou deixar de utilizar. Não participarei de nenhum acordo em que for colocada a proibição de apresentar emendas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço à Deputada Eurides Brito e aos Parlamentares, que estão muito entusiasmados no dia de hoje, a preferência que me deram. Como eu disse a V.Exa., terei que me ausentar em função da reunião que tenho no Ministério da Saúde.

Quero apenas ler as notas taquigráficas. Vossa Excelência disse o seguinte: "Estão presentes 3 Deputados. Há 21 ausentes.

Antes de encerrar esta sessão, quero informar aos Srs. e às Sras. Deputadas que recebemos do Governo os anexos que faltavam ao projeto de lei que trata da regularização das igrejas.

Discutimos na Presidência e queremos propor um cronograma de tramitação: amanhã, às 9h. Os Deputados que quiserem, podem discutir e fazer a conferência dos anexos." O nosso problema não é a conferência dos anexos, mas o projeto em si. "E, na segunda-feira, último dia 13, às 9h da manhã, haverá reunião técnica para discussão da redação do projeto, a propósito da mensagem do Governo para o estudo e a revalidação do projeto no seu bojo.

Na terça-feira, pela manhã, haverá reunião da Comissão de Assuntos Fundiários e, depois, a votação."

Nós não fomos contra isso. Houve um acordo e estamos aqui para votar, conforme acordado no dia de hoje, em primeiro turno. Mas, Sr. Presidente, na segunda-feira, às 9h, estava marcada a reunião. Às 9h30min, com um atraso de 30 minutos, os assessores da Liderança do Partido dos Trabalhadores entraram em contato com a Presidência, e nos foi dito que a reunião estava encerrada. Reunião célere, de 30 minutos.

É certo que tivemos um atraso, mas isso não justifica a exclusão da bancada de Oposição da discussão da redação do projeto e o fechamento de qualquer acordo, desconsiderando o caráter plural desta Casa e a função do Poder Legislativo, que é

abarcar as diversas concepções de sociedade, já que somos eleitos pelo voto proporcional.

Não temos nenhum problema em votar hoje o projeto, em primeiro turno, conforme acordado. Estivemos, ontem, na reunião da Comissão de Assuntos Fundiários. Mas quero dizer a V.Exa. que não tivemos a oportunidade de participar não da reunião anterior, que era para conferência de anexos – já havíamos feito essa conferência –, mas da discussão da redação do projeto e do próprio projeto com os técnicos do Governo. Em meia hora, a reunião foi encerrada.

Quem sabe o que poderia ter acontecido na minha avaliação? Se o que palpitasse no peito de todos os Parlamentares fosse a democracia, teriam ligado para o Partido dos Trabalhadores, para a Liderança; teriam dito que a reunião estava se encerrando; teriam até mesmo remarcado a reunião, para que fosse possível a diversidade de opiniões.

Sr. Presidente, infelizmente, peço autorização para me retirar em função de uma reunião que já anunciei.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem razão.

Havia 3 Deputados presentes e 21 Deputados ausentes. Para suprir essa deficiência, fomos encontrando os Deputados, os Líderes. Vou apresentar a V.Exa. a relação de assinaturas dos Líderes. Mais de 10 Deputados assinaram, inclusive os Líderes.

Na reunião, que durou meia hora, 11 técnicos estavam presentes, inclusive o representante do Deputado Alírio Neto, Sr. Antônio Carlos, que apresentou 10 sugestões. Todas elas foram atendidas.

Lamentavelmente, eu não estava presente, mas havia um representante meu. Cabe a quem coordenou a reunião justificar essa questão de horário, não a mim.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem apresentei um roteiro à Liderança de Governo para fazer uma participação na Comissão de Assuntos Fundiários, onde nós, do PT, somos representados pelo Deputado Cabo Patrício, porque tenho a preocupação de não ocorrer com esse o que ocorreu com o outro projeto, que tinha a mesma finalidade.

Isso é ruim, porque desacredita a Casa e frustra a expectativa daqueles que estão esperando pelo nosso trabalho.

Eu disse à Deputada Eurides Brito e agora vou ponderar a V.Exa.: na nossa modesta opinião, o ideal era que tivéssemos um projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo - tem que ser de iniciativa do Executivo -, que fixasse critérios, todo um roteiro; que não tivesse anexos, para não dizerem que esse ou aquele Parlamentar foram prestigiados e outros não, para evitar esse tipo de jogo – Flamengo *versus* Vasco - em um assunto tão sério como o que estamos tratando; que houvesse um órgão próprio para habilitação. Isso seria o ideal. E que fossem julgadas as regularizações de acordo com os critérios fixados em lei.

Todo Parlamentar pode emendar, sim, mas propostas que disserem respeito à edificação. Tivemos a experiência com outro projeto e sabemos que, lamentavelmente, são inconstitucionais, porque a iniciativa dessa matéria é do Poder Executivo. O Tribunal de Justiça já disse isso.

Então, não adianta frustrarmos a expectativa daqueles que estão aqui, esperando pelo nosso trabalho. Queremos regularizar. E regularizar já! Agora, queremos que a regularização se dê de maneira que entidades sociais e que igrejas sejam tratadas com o respeito que a Constituição deseja e não sujeitas o tempo todo ao Governo de plantão. É isso que não vamos admitir nunca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero colocar para o conjunto de Parlamentares desta Casa e para as pessoas interessadas no PLC 116 que se encontram na galeria, sejam de entidade religiosa ou de assistência social, que, na verdade, fizemos um acordo e um cronograma para a votação desse projeto na data de hoje em primeiro turno e amanhã em segundo turno, e para que tivessem ocorrido as reuniões técnicas com todos os assessores dos Parlamentares e com as lideranças de todos os blocos partidários.

O que temos que deixar claro aqui, Sr. Presidente – por isso fiz questão de pedir a palavra –, é que fui eu quem assinou o acordo firmado aqui no plenário e lá no cafezinho para que fizéssemos a votação, consultando antes a Líder do meu próprio partido, a Deputada Erika Kokay, que não se encontrava no dia aqui.

Eu recebi em casa o anexo da TERRACAP. O chefe de gabinete da Presidência de V.Exa. o encaminhou para a residência de cada Parlamentar, mas, infelizmente, não foi encaminhado o levantamento técnico da TERRACAP, o que na verdade foi o grande gargalo da votação do PLC n° 65. Neste projeto, inclusive, aconteceu a votação e posterior desaprovação do projeto com a sua retirada por parte do Governo para depois a apresentação do PLC n° 116. Nós sabemos que no PLC n° 65 houve uma série de incorreções.

Eu disse ontem na reunião da Comissão de Assuntos Fundiários e quero repetir aqui: nós temos que primar pela preservação da imagem desta Casa, porque, da última vez, no PLC n° 65, como ficou a imagem dos Parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal? Nós fomos achincalhados pela votação e depois pela desaprovação do projeto. Na verdade, não foram as 450 emendas ou quantas emendas, 100, 20, não importa o número, que prejudicaram o projeto. O projeto já veio do Poder Executivo com uma série de incorreções. Veio com apartamento no Setor Sudoeste, veio com escritórios na Asa Sul, com borracharias em Samambaia e uma série de locais. Talvez as pessoas que sejam de lideranças de igrejas ou de entidades de assistência social nem tenham conhecimento disso e não tenham obrigação de ter, mas o projeto veio do Poder Executivo com irregularidades, e é função de cada Parlamentar aqui primar não só pela questão da imagem da Casa, mas também pela aprovação com toda legalidade e com toda transparência, porque, Sr. Presidente, o pior será aprovarmos o projeto e amanhã sermos criticados por uma série de pessoas por causa de algum endereço que tenha sido colocado.

Eu mencionei ontem para a Deputada Eurides Brito, Líder do Governo, por exemplo, que, fora a relação que nós recebemos, apareceram misteriosamente no PLC n° 116 mais 74 novos endereços. Da mesma forma que 3 endereços que a Deputada Eurides Brito tinha colocado desapareceram, e os lotes, também, das emendas apresentadas pelo Deputado Milton Barbosa. Eu até coloquei uma questão: por mais que tenha havido alguma orientação por parte de alguns Parlamentares no sentido da não apresentação de emenda, é importante que aqui no plenário nós acatemos e apreciemos qualquer emenda, qualquer emenda de Parlamentar. É uma prerrogativa do Parlamentar eleito apresentar emendas, independentemente de depois elas serem julgadas constitucionais ou não. Nós não podemos aqui no Parlamento abrir mão da prerrogativa de cada um dos Parlamentares. Daqui a pouco nós vamos estar aqui somente concedendo títulos de cidadão. Só isso. Nós não podemos diminuir a importância desse Poder, que já fez, inclusive, uma série de aprovações de projetos importantes, como o dos quiosques, como o dos puxadinhos da Asa Sul e uma série de outros projetos que foram votados aqui, sejam eles polêmicos ou não.

É importante que a Câmara Legislativa resolva essa questão votando hoje em primeiro turno. Nós pedimos ontem o envio dos anexos das fotografias da TERRACAP com o levantamento de cada endereço para que pudéssemos analisar, na noite de ontem e no dia de hoje, a fim de que o projeto fosse votado aqui. A Deputada Erika Kokay, que teve que se ausentar, liberou a bancada para votar da maneira que achar mais conveniente. O Deputado Paulo Tadeu tem emenda para ser apresentada no referido projeto e tem o direito e o dever de apresentar a emenda da entidade que ele acredita que esteja fora do processo ou fora do projeto, como disse bem o Deputado Milton Barbosa.

Então é só isto: que os Parlamentares apresentem emendas, que acatemos as emendas e que as apreciemos aqui em todas as comissões, que façamos a votação com muita tranquilidade, com muita transparência, para que depois não venhamos a frustrar nenhuma das pessoas que representam entidades religiosas ou entidades de assistência social. Que as pessoas saiam daqui realmente com o sentimento do dever cumprido, da regularização de fato e de que elas vão continuar desempenhando um trabalho importantíssimo de assistência social que o Estado hoje não executa.

É isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia de ontem, nós ficamos 2 horas e 47 minutos na Comissão de Assuntos Fundiários com os seus 5 membros, com a presença do Deputado Wilson Lima, da Líder Deputada Eurides Brito, do Deputado Milton Barbosa – que passou por aquela comissão –, do Deputado Chico Leite, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Cabo Patrício. Passou também pela comissão a ex-Deputada Luzia de Paula, que não mais está exercendo o mandato. Ou seja, ontem, naquela comissão, houve uma sessão de votação. Ficamos lá durante 2 horas e 47minutos com a presença de vários religiosos que hoje estão aqui.

Sr. Presidente, quero propor, com todo o respeito aos colegas que fizeram as suas colocações aqui, que não fiquemos aqui discutindo a cor dos botões da camisa. Quero fazer uma analogia. Eu tomei a liberdade de abrir a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Fundiários – e tivemos 5 votos favoráveis ao projeto – fazendo um apelo e dizendo: é um propósito, é um calvário – usando uma linguagem religiosa – a aprovação desse projeto. As pessoas esperam por isso há vários anos, desde quando eu ainda não era Parlamentar, mas V.Exa., Sr. Presidente; o Deputado Wilson Lima; o Relator, Deputado Brunelli; a Deputada Eurides Brito e tantos outros parlamentares já eram. Brasília clama pela aprovação desse projeto há uma vida. E na Câmara Legislativa, vários Parlamentares pediram tanto esse projeto. Aí, o projeto chega à Casa e é debatido durante quase um ano, o que é fato. Ele tem adequações, o que também é fato.

Eu não acho que esta Casa foi achincalhada. Eu falei isso no dia de ontem e quero também falar para o nosso Vice-Presidente: a Casa não foi achincalhada. Ora, se esta Casa clamou tanto pela aprovação desse projeto, o que está acontecendo? Fica parecendo que hoje alguns não querem que o projeto seja aprovado, ou querem, Deputado Geraldo Naves, protelar a discussão, querem vencer pelo cansaço. Fica parecendo isso. Eu sei que não é isso. Mas é o que fica parecendo,

nobre Líder do Governo, Deputada Eurides Brito: que querem vencer pelo cansaço, querem esvaziar o *quorum.*

A Deputada Erika Kokay disse que vota favoravelmente, mas disse que terá que sair, aliás, já saiu. Eu não consigo entender quem é a favor e é contra. Eu só sei ser a favor ou contra alguma coisa. A Deputada Erika Kokay voltou e disse que agora é contra o projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Ontem V.Exa. não votou. Perdoe-me. Quem votou ontem foi o Deputado Cabo Patrício, e votou a favor, sendo ele da bancada do Partido dos Trabalhadores, que sempre tem uma coerência muito grande e votam juntos. Mas eu não vou entrar nesse mérito, pois é mérito partidário.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que eu sou a favor desse projeto. Eu acho que temos que votá-lo ainda hoje. Precisamos votá-lo ainda hoje. Na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, esse Parlamentar está contemplado. Não existe mistério, como disse o Deputado Cabo Patrício. O mistério que existe é o que querem criar. O projeto não tem mistério. Ele está completo. O projeto está pronto para ser votado. E o bom é inimigo do ótimo, como um grande filósofo sempre fala: o bom é inimigo do ótimo.

Portanto, vamos à votação.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem se refere a dois assuntos. A primeira se refere a um assunto que vem sendo tratado aqui neste Plenário com relação à votação do projeto que propõe regularizar as áreas de igrejas bem como de entidades de assistência social.

Quero aqui deixar muito claro o seguinte: sou da bancada do Partido dos Trabalhadores e na votação do ano passado, Sr. Presidente, votei favoravelmente a esse projeto e continuarei votando por entender que ele merece ser aprovado, porque esta Casa regularizou recentemente os "puxadinhos" da Asa Norte, os quiosques e *trailers* do Distrito Federal e, por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – em que pesem minhas críticas ao PDOT -, diversas áreas que propõem expansão urbana. Esta Casa já regularizou, diversas vezes, condomínios no Distrito Federal. Estamos em uma casa legislativa que tem como objetivo principal fazer leis. Sabemos as limitações que a Constituição Brasileira impõe ao trabalho do Parlamento local e temos que respeitá-las, mas está garantido que os Parlamentares tenham a prerrogativa de apresentar emendas. Então, além de ser favorável ao projeto e a sua apreciação na tarde de hoje, defendo a prerrogativa dos Parlamentares de ver

garantidas suas emendas, sejam elas quais forem. É importante que possamos construir esse acordo.

A segunda solicitação não trata exatamente da questão das igrejas, mas de um tema tão importante quanto esse. Recentemente, estiveram aqui autoridades do Ministério da Educação e Cultura construindo com este Parlamento um acordo para aprovação de terrenos que tem como objetivo a instalação de escolas técnicas no Distrito Federal. O Governador do Distrito Federal, a partir do acordo feito aqui, encaminhou a esta Casa um projeto de lei que estabelece uma área em Taguatinga para instalação da escola técnica – o projeto está aqui e é de autoria do Governador do Distrito Federal. Mas, para nossa surpresa, exatamente neste mesmo terreno que tramita na Casa para ser doado a uma escola técnica federal, a Terracap instalou uma placa de "vende-se".

Então, peço a V.Exa. e à Deputada Eurides Brito que, além de votarmos hoje o projeto das igrejas em primeiro turno, votemos também, em primeiro turno, o projeto que garante o terreno para a construção da escola técnica de Taguatinga. Senão, o Distrito Federal perderá essa escola técnica.

Ainda sobre esse assunto, o Distrito Federal corre sério risco de perder também uma escola técnica federal que deverá ser construída este ano em Samambaia. Então, temos a escola técnica de Planaltina, que já está em funcionamento; a escola técnica do Plano Piloto e a escola técnica do Gama, que já está organizada e terá as obras iniciadas. Estão faltando duas escolas técnicas: a de Taguatinga e a de Samambaia. Espero que votemos na tarde de hoje o projeto sobre a escola técnica de Taguatinga.

Solicito a V.Exa. estas duas coisas: que apreciemos o projeto sobre a escola técnica de Taguatinga e que façamos uma ação junto ao Governo para que o terreno de Samambaia também saia. Senão, terminado o orçamento deste ano, o Distrito Federal poderá perder um importante instrumento de educação e formação dos nossos jovens e adultos, que são as escolas técnicas.

Então, concordo com a votação do projeto das igrejas hoje – tenho, inclusive, uma emenda a apresentar que colabora e fortalece a presença das igrejas no Distrito Federal – e peço encarecidamente que votemos também o projeto sobre as escolas técnicas, em especial a escola técnica de Taguatinga.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Tão logo eu tenha o número do projeto, acatarei a solicitação de V.Exa. incluindo-o na Ordem do Dia para que possa ser o próximo item de votação.

Antes de conceder a palavra à Deputada Eurides Brito e ao Deputado Milton Barbosa, quero dizer que tenho observado que as questões de ordem suscitadas, na grande maioria, não são questões de ordem regimentais. Tentamos abrir mão dos Comunicados de Líderes e de Parlamentares a fim de que, no debate, todos pudessem fazer uma ampla discussão do projeto. Mas vou abrir os Comunicados de

Líderes e de Parlamentares para que os Deputados falem nesses momentos, porque os Deputados estão usando a questão de ordem regimental para discutir o projeto, dizer o que acham e o que não acham. Isso certamente dificultará os trabalhos.

Eu concederei a palavra à Deputada Eurides Brito. Em seguida abrirei os Comunicados de Líderes. Aqueles que quiserem, poderão abrir mão da fala.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de antemão, quero dizer que abrirei mão da fala nos Comunicados de Líderes. O que farei aqui, por uma questão de ordem, é a correção de algumas colocações feitas que poderão confundir a imprensa, que divulgará amanhã o que está acontecendo aqui, e uma satisfação aos grupos interessados que nos ouvem. Portanto, não é um comunicado parlamentar. Os Comunicados de Parlamentares são assuntos que interessam ao Deputado particularmente. Hoje estamos aqui tratando um assunto coletivo, que interessa a todos os Deputados e a toda a sociedade. É uma questão que suplanta um comunicado particular.

Logo após minha primeira apresentação, foi dito algo em vários pronunciamentos. Os colegas têm feito referência - e isso foi dirigido a uma fala do Presidente da Mesa e Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente - de que o benefício se estende a todas as igrejas cristãs católicas, protestantes e evangélicas. Quero dizer que tanto o Presidente como todos nós tratamos isso como assunto de interesse da sociedade e não de interesse denominacional nem do Cristianismo nem do Islamismo nem do Budismo. Tratamos isso como interesse da sociedade. Não houve interesse denominacional no trato da questão nesta Casa. Isso é bom que fique registrado. Vez por outra, podemos ouvir um colega dizer que se trata de todas as religiões cristãs. Isso é natural, é lógico, em qualquer país de maioria. Se esse Plenário estivesse em um país islâmico, estaria sendo dito que se tratava do Islamismo e das demais religiões.

Nós aqui sempre temos nos pautado para não misturar os assuntos, apesar de haver uma bancada significativa de Deputados que professam, em sua vida pessoal, o Cristianismo por denominações diversas. Mas isso não tem nada a ver com o projeto justo que estamos votando aqui.

Em segundo lugar, eu queria dizer que uma referência a mim foi feita pela Deputada Erika Kokay. S.Exa. não citou nome, mas era dirigida a mim. Saiu no *Correio Braziliense* de ontem que houve um acordo para não acatarmos emendas. Isso não é nenhum desrespeito constitucional. Poderia ser uma imposição, mas, como somos democráticos, não fizemos imposição. Qualquer emenda que venha a surgir em plenário hoje, com endereço de entidade religiosa ou social para ser inserida, sem dúvida nenhuma será vetada por vício de iniciativa. Essa é a razão. No

entanto, os colegas são livres para apresentar emendas, como os demais são livres para votar. Não adianta jogar para a plateia.

Sr. Presidente, o acordo que fizemos foi muito interessante. Houve aqueles que tiveram emendas desaparecidas. Não culpo ninguém. Não quero saber quem foi. É tanto manuseio de página! Vai página, vem página, vem fotografia, monta-se processo, tira-se cópia. No caso, eu fui prejudicada com 3, que estavam até quinta-feira e que, realmente, saíram. Mas, repito, em nome de uma harmonia e de não sacrificar as centenas de entidades que continuam no relatório, há toda disposição do Governo, e a Presidência, esta Liderança, a Liderança da Oposição, os 24 Deputados – aqui não há nenhum mais importante do que o outro – estarão prontos. Eu já acertei com a TERRACAP que estaremos lá, a partir de sexta-feira, cada um levando esses casos concretos, porque o Governador se comprometeu a acompanhá-los pessoalmente. Trarei brevemente à Casa esses equívocos que existiam. Não entrará nada novo que não esteja dentro das regras existentes para formação desse processo.

Quero dar uma resposta ao Deputado Paulo Tadeu, que é independente disso, mas tenho que fazê-lo como Líder de Governo.

Sr. Deputado, fui à TERRACAP, acompanhando a equipe do MEC, depois daquela nossa reunião. Temos feito contato por telefone. O problema de Taguatinga, de placa, não tem nada a ver. O processo aqui é para ser votado. Estou de acordo com V.Exa.

Quanto ao de Samambaia, eles mesmos reconhecem estar precisando, e a TERRACAP só pediu o prazo normal para poder delimitar o terreno, porque a área é pública, mas não é demarcada. Ou seja, no mapa ela não existe para nenhuma destinação. A TERRACAP está trabalhando nisso.

Posso assegurar a V.Exa. que nenhuma escola técnica no Distrito Federal será perdida por causa disso.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V.Exa. e a todos os Líderes desta Casa. Em respeito às pessoas religiosas aqui presentes, solicito que abramos mão de qualquer falatório e passemos, neste momento, à apreciação do projeto que está em tela, do qual a Deputada Eurides Brito solicitou inversão de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu submeto a solicitação de V.Exa. ao Plenário, que é soberano. (Pausa.)

Não há concordância de 2 Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serei breve. Quero comunicar que o Deputado Cristiano Araújo submeteu-se a uma operação de miopia. S.Exa. manda dizer que, ainda sem poder abrir os olhos, está de olhos abertos para o projeto e recomenda votação favorável a ele.

Quero reiterar, como já fizemos aqui, que estamos aguardando que o projeto seja colocado em votação. Eu e mais 22 Deputados não nos incluímos na tentativa de lição de moral que o Deputado Batista das Cooperativas tentou nos impingir aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO GERALDO NAVES (Democratas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até poderia abrir mão do meu pronunciamento, e até iria fazê-lo. Mas, depois de ver a reivindicação e que aqui havia 2 pessoas falando mais do que todo mundo, eu resolvi fazer um alerta a todos os pastores, líderes de igrejas que estão aqui, para que façam aquele silêncio na meditação. E, como eu alertei o Deputado Leonardo Prudente que este grande trovão que acabou de acontecer era um alerta para votarmos rápido, eu gostaria apenas de dizer a vocês que sou plenamente favorável a esse projeto. Sou favorável sem estar jogando fatias de qualquer coisa em vocês ou "puxando a sardinha para a minha lata", porque eu nunca fui à igreja para pedir nenhum tipo de voto, muito pelo contrário, sempre vou à igreja para fazer as minhas orações, independentemente da minha igreja. Já fui à igreja do Doriel, que está presente a esta sessão, como já fui à igreja de diversos pastores que estão por aqui. E com muito respeito. Eu acho que a questão da nossa religiosidade hoje precisa ser respeitada. E o que esta Casa está fazendo hoje é uma questão de respeito.

Então, dedico o meu coração a vocês e digo que nós, do Democratas, vamos votar favoravelmente ao projeto de vocês. Um grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

A Presidência questiona os senhores e as senhoras Parlamentares se todos concordam em abrir mão da falação no horário destinado aos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

A Presidência informa a todos que há concordância, portanto, passaremos à Ordem do Dia.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente , solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que foi aprovada a inversão da pauta para que o projeto das igrejas passasse a ser o item nº 1 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a todos que, devido à chuva, o nosso antigo Administrador de Taguatinga, que trabalhou muito com a questão da construção do Shopping Popular, acaba de nos informar que aconteceu uma tragédia: o Shopping Popular caiu. Não sabemos se houve vítimas, mas espero que as notícias cheguem e que Deus esteja trazendo bênçãos a todos os envolvidos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

Foi aprovado o parecer na CAF, na forma das Emendas nº 1 e nº 2, Aditivas, e nº 1, Supressiva, de vários Deputados. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e sobre as emendas. O projeto também recebeu 4 emendas de plenário.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputado Brunelli, que designe relator para as emendas.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, designo o Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. tornasse públicas as emendas apresentadas em plenário para que possamos tomar conhecimento delas; ou, se for o caso, pediremos vista do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator que faça a leitura das emendas.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, peço ao Relator que faça a leitura das emendas uma a uma, para termos conhecimento do teor de cada uma.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

Sr. Presidente, o referido projeto recebeu 4 emendas: Emenda Aditiva nº 1, do Deputado Milton Barbosa; Emenda Aditiva nº 2, do Partido dos Trabalhadores, tendo como autor inicial o Deputado Paulo Tadeu; Emenda Aditiva nº 3, da bancada do Partido dos Trabalhadores; e a Emenda Modificativa nº 4, de autoria do Deputado Wilson Lima.

Deputado Wilson Lima, V.Exa. quer fazer uma referência sobre a emenda?

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Deputado, a minha emenda deve-se ao fato de que consta no anexo apenas "Capela São Lucas". Eu somente coloquei endereço; "Entrequadra 19/20". Apenas isso.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – É uma emenda complementar?

DEPUTADO WILSON LIMA – Isso. A outra...

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Dentro do anexo?

DEPUTADO WILSON LIMA – No anexo também, onde estava "Setor 39 Oeste", é "Setor Oeste". É apenas correção do anexo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – É importante lembrar que o Deputado Batista das Cooperativas ainda não deu o parecer. Após o parecer do Deputado Batista das Cooperativas é que caberá a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, eu queria proceder ao meu parecer, e depois V.Exa. poderia permitir os pronunciamentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – V.Exa. está com a palavra. Pode proferir o parecer, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero rejeitar todas as emendas, baseado e fundamentado em um acordo firmado pelo Colégio de Líderes desta Casa e pelos Parlamentares.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra. (Pausa.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – V.Exa. poderá fazer uso da palavra quando eu terminar de fazer minha relatoria.

Passo a ler as referidas emendas.

Emenda de Plenário nº 1, do Deputado Milton Barbosa: "incluam-se no Anexo V do Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, os seguintes imóveis: Ceilândia: SHPS Quadra 501, Conjunto B, Lote 4 (Setor Habitacional Por do Sol); Rodovia DF-180, Km 48, Núcleo Rural Água Santa. Taguatinga: QSC 19, Chácara 28-B, Conjunto 3." Emenda rejeitada.

Emenda Aditiva nº 2, da bancada do Partido dos Trabalhadores: "dê-se ao art. 25 do Projeto de Lei em epígrafe a seguinte redação: Art. 25. Ficam revogadas as disposições em contrário, bem como o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 567, de 12 de abril de 2002." Emenda rejeitada.

Emenda Aditiva nº 3, da bancada do Partido dos Trabalhadores: "inclua-se no Projeto de Lei Complementar em epígrafe o seguinte artigo, renumerando-se os demais: Art. 23. O art. 3º da Lei Complementar nº 567, de 12 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 3º Fica autorizada a construção do Monumento Campanário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, com área máxima de 2 metros quadrados, em local contíguo à testada norte da Área Especial nº 5 da Quadra 8 de Sobradinho, conforme projeto a ser elaborado pela Paróquia e encaminhado à Administração Regional." Emenda rejeitada.

Por último, Emenda Modificativa nº 4, de autoria do Deputado Wilson Lima: "dê-se nova redação aos itens 168 e 200 do Anexo V - Relação das demais áreas públicas ocupadas por entidades religiosas ainda sem existência do respectivo registro imobiliário, passíveis de análise com vistas à verificação das condições indispensáveis à regularização, nos termos desta Lei Complementar – deste Projeto de Lei Complementar, passando a vigorar da seguinte forma: 168 – Entrequadra 19/20, Setor Leste, Capela São Lucas; 200 – Quadra 06, lindeiro ao lote 39, Setor Oeste."

Eu gostaria de esclarecer, Sr. Presidente, que esta relatoria não fez análise de mérito dessas emendas, até porque elas foram apresentadas agora. Quanto a isso, Deputado Cabo Patrício, vi, neste plenário, V.Exa. questionar várias vezes – e concordei em alguns momentos com V.Exa. – a apresentação de emendas intempestivas, o que é legítimo, o que é correto, Deputado Milton Barbosa. Estou apenas fazendo referência ao que disse o Deputado Cabo Patrício em alguns momentos, mas quero deixar claro que a recusa, a rejeição das emendas não é análise de mérito. Fundamenta-se em um acordo feito nesta Casa. Em nenhum momento está-se cerceando a apresentação de emenda, nem se poderia fazer, pois é um direito legítimo do Parlamentar. Há um acordo de líderes, e nós estamos seguindo a Liderança de Governo.

Por essa razão, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pela rejeição de todas as emendas, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Antes de colocar o parecer em discussão, eu queria fazer um apelo aos Deputados em relação a essa questão.

O Deputado Milton Barbosa apresentou uma emenda que é da maior importância, assim como o Deputado Paulo Tadeu, mas eu queria fazer um apelo a todos os Deputados que apresentaram emendas, até porque nós fizemos um cronograma e apresentamos uma proposta de discussão e de negociação com o Governo, que foi absolutamente sensível a todas as ponderações que os parlamentares e seus técnicos fizeram. Foram, tiraram fotografia, incluíram novas áreas, aquilo que estava dentro daquele cronograma.

Então, eu não acho que agora, neste momento, seja oportuno... Podemos apreciar as emendas, é regimental, mas eu quero dizer que eu sou de acordo. Eu me proponho a pegar essas emendas que eventualmente forem rejeitadas e, se elas forem justas, colocá-las debaixo do braço, coletar a assinatura do Governador e trazer imediatamente, juntamente com a Líder do Governo, a proposta para esta Casa. Se houver um erro de redação, Deputado Wilson Lima, não vejo nenhum problema de o Governo, no segundo projeto, fazer a correção. Se houver algo no texto que tiver passado despercebido... Fizemos também a discussão do texto. Foi

um dia para discutir a questão do texto. O Governo acatou todas as nossas sugestões. Eu mesmo apresentei 3 emendas, que foram acatadas. Então, não seria agora, neste momento...

Quero dizer que sou cumpridor de acordo. Eu estarei, no momento da discussão, também discutindo na linha colocada pelo Deputado, sem entrar no mérito das emendas, para não prejudicar o projeto de qualquer parlamentar, vou me posicionar... Posso ser um voto sozinho, mas votarei pela rejeição das emendas, uma vez que foi esse o acordo que nós fizemos e houve todo o tempo para se colocarem essas emendas em discussão.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, peço vista.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu vou dar vista ao Deputado, mas não há nenhum prejuízo para que a discussão seja feita.

Concedo vista a V.Exa. por cinco minutos.

A Presidência vai suspender os trabalhos durantes dez minutos.

Está concedida vista coletiva, ao Deputado Paulo Tadeu e a quem mais desejar fazer.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h06min, a sessão é reaberta às 17h30min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está reaberta a sessão.

Esta Presidência, antes de fazer os comentários sobre o que foi pactuado, concede a palavra ao Deputado Milton Barbosa. Por consenso, vamos anular o parecer do relator, também a pedido de V.Exa., Deputado Batista das Cooperativas, e em seguida vamos pedir ao deputado que faça um novo parecer, uma vez que os subescritores das emendas as retirarão. Assim, o parecer do Deputado Batista das Cooperativas foi considerado prejudicado.

Passo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para fazer as suas considerações ao Deputado Batista das Cooperativas, o relator. Em seguida, daremos início à discussão do projeto. Pedimos aos autores das emendas, conforme acordo, que venham à Mesa para assinar a retirada das emendas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu pronunciamento pode dar subsídio à fala do Deputado Milton Barbosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Com a anuência do Deputado Milton Barbosa, esta Presidência acata a solicitação.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é só para fazer uma correção sobre menção que fiz no início da minha fala. Em nenhum momento, quis fazer correção a Parlamentar desta Casa. Não teria propriedade para fazer isso. Quando disse que precisávamos votar o projeto, referia-me ao fato de que vejo a inclinação de toda a Casa em apoiar o projeto, que é de interesse de todos, independentemente de credo e religião.

Quero fazer esse complemento, pois, em nenhum momento, teria propriedade ou interesse em fazer correção a qualquer Parlamentar desta Casa, muito menos ao nobre colega, Deputado Milton Barbosa, Parlamentar que respeito muito pelas ações realizadas nesta Câmara, bem como pelo mandato que tem exercido, principalmente na rua, fora da Casa – tenho visto isso por onde tenho andado.

Era isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso público, o cidadão que está na galeria, deve ter estranhado um pouco a demora para colocar em votação o projeto de regularização dos templos religiosos e das entidades, até porque já estiveram aqui, em outra oportunidade, e votamos o projeto. Interessa saber o que houve depois para estarmos aqui novamente. A questão foi esta, e me dirijo aos senhores: na tramitação do projeto, uma grande quantidade de Deputados não foi avisada do que houve. Alguns terrenos, de alguns dos senhores, que não estavam no projeto foram contemplados pela TERRACAP, porque se verificou que, realmente, deveriam estar ali; não estavam por uma razão burocrática. Para outros Deputados não foi dado o mesmo tratamento, e é bom que se diga isso. Como exemplo, foi feita a emenda para atender três Assembleias de Deus de Samambaia, do Pastor Caetano, que já tinha vindo no primeiro projeto, com fotografia e tudo, com IPTU, repito. É lógico que quando se diz em um Parlamento que não se deve apresentar emenda, está-se manietando o Parlamento.

Ora, como é que se corrige essa injustiça? Há outras áreas que não entraram. Para corrigir, o instrumento que o Parlamentar tem é a emenda, e não

interessa se vão dizer que é constitucional ou não. Inclusive, eu já vi tanta coisa nesta Casa, nesta e em legislaturas passadas, como a apreciação em que até substitutivo de IPTU foi mandado de volta ao Governo, foi sancionado e ninguém questionou a sua constitucionalidade.

O Sr. Presidente nos convocou para uma discussão. Fizemos um acordo, este, sim, para valer. O outro não foi combinado conosco, mas estava valendo nesse ou somente em alguns pontos. O Presidente prometeu que, se retirarmos as emendas para votarmos livremente o projeto hoje, ele retardará a redação final e a remessa ao Governador para que chegue aqui o novo projeto de lei, que contemplará as injustiças que ocorreram. Digo injustiças porque elas de fato ocorreram. Então, estamos aqui afiançados na palavra do Presidente, que pertence a um ramo religioso. Vamos acreditar em S.Exa. e vamos votar o projeto.

Se S.Exa. quiser, votaremos até o segundo turno hoje.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Milton Barbosa. Esta Presidência assumiu um compromisso, referendado pelos Líderes e pelos Deputados, de que, mesmo com a votação do segundo turno e da redação final, nós só faríamos a publicação do projeto após a chegada da mensagem do Governador sobre estas áreas mencionadas aqui pelo Deputado Paulo Tadeu, pelo Deputado Milton Barbosa, representando o nosso querido pastor Caetano, e pelos demais Parlamentares que apresentaram também as suas contribuições, as suas sugestões, para que não houvesse prejuízo do projeto como um todo.

Portanto, como as emendas foram retiradas pelos autores, não há necessidade do parecer da CAF, razão pela qual fica prejudicado o parecer emitido pelo Deputado Batista das Cooperativas. Como o parecer foi sobre as emendas e elas foram retiradas, não há razão para emiti-lo.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Brunelli, demais Deputados, companheiros desta Casa, eu quero enaltecer o trabalho da Líder do Governo. Apesar da vontade do Governo de aprovar o projeto, atendendo aos pastores, aos padres, às entidades filantrópicas e aos demais seguimentos religiosos, a Deputada Eurides Brito pediu que acordássemos, que não apresentássemos essas emendas.

Eu fui um dos primeiros a pedir a retirada das emendas, haja vista que o Deputado Leonardo Prudente e a Deputada Eurides Brito concordaram em atender os nossos pleitos, que também são os pleitos da comunidade, para que sanássemos as dificuldades das igrejas constantes nas emendas.

Por isso, enalteço o trabalho do Presidente desta Casa e da Líder do Governo, que prestaram um grande serviço à Casa com esse grande acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao projeto e às emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar meus nobres pares e V.Exa. por termos chegado a um bom termo em relação às questões que ficaram pendentes. O Deputado Milton Barbosa foi muito combativo, assim como o Deputado Paulo Tadeu, com a sua elegância natural de fazer esse processo de discussão.

Tenho certeza de que teremos nestes próximos dias um novo projeto do Poder Executivo. A Deputada Eurides Brito direcionará a Casa para que haja os benefícios que essa lei pode e deverá trazer.

Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

Sendo breve, Sr. Presidente, vou utilizar o mesmo expediente do parecer de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, que foi aprovado ontem, em sessão extraordinária, com a modificação do final do voto, que não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal nem a LOA nem o PPA.

Sendo assim, na forma das Emendas Aditivas n° 01 e n° 02 e com a Emenda Supressiva n° 01, de autoria de vários Deputados, incorporando também o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação do projeto. Ratifico, Sr. Presidente, com as Emendas Aditivas n° 01 e n° 02 e com a Emenda Supressiva n° 01, de autoria de vários Deputados.

Houve uma colaboração muito importante da Deputada Jaqueline Roriz, que nos ajudou na confecção dessas emendas. Somos pela aprovação do projeto no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a política pública de regularização urbanística e fundiária das unidades imobiliárias ocupadas por entidades religiosas de qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências".

Por entender que a proposta é meritória e que não apresenta óbice aos Princípios da Constitucionalidade, Juridicidade e Regimentalidade, somos pela aprovação do projeto, na forma das Emendas Aditivas n° 01 e n° 02 e da Emenda Supressiva n° 01, de autoria de vários Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Antes de conceder a palavra aos Parlamentares, para declaração de voto, agradeço a presença ao Pastor Genivaldo; ao Pastor Ramalho; ao Pastor Antônio Nascimento, Secretário-Geral do SIPE/DF; ao Pastor Orcival; ao Pastor Josimar, Presidente do COPEV; ao Pastor Paulo Miranda; à Pastora Soinique, Vice-Presidente da ASFATE; ao Pastor Jean Robson; ao Pastor Francisco Barbosa; ao Pastor Edvaldo; ao Pastor Valter Léles; ao Pastor João Paulo; ao Pastor Raimundo Gonçalves; ao Bispo Oliveira; ao Pastor Euclides Crispim; ao Pastor José Santos; ao Presbítero Gilmar dos Santos Severo; ao Pastor Audenor José Dias; ao Sr. Rodarte de Oliveira; à Pastora Ilca; ao Pastor Gil; ao Pastor Valderi Alves Ribeiro; ao Ministro do Evangelho Levimar de Araújo Faria; ao Pastor Valter; ao Pastor Adriano Alves Fernandes; ao Bispo Roberto Alves Marques e ao Pastor Enoch Ferreira da Cunha.

Retifico a votação anterior: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/04/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2009

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S)(VIDE ANEXO)
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 116/09
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S _____
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S _____
☐RECURSO Nº (S _____
☐REQUERIMENTO Nº (S _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____
Autor: **Deputado(a):** _____ ☒Executivo
Relator: **Deputado(a):** _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	16	1		7	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____ ASSINATURA _____ MAT. _____

ASSP/_____Nº_____/__
FOLHA Nº_____

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes, para declaração de voto.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo esta Casa - a Casa do povo -, que, depois de 2 anos, reconheceu um projeto desta importância. Regularizar templo religioso, na época em que estamos, é de suma importância.

Parabenizo todos os nobres companheiros que entenderam o recado e votaram um projeto que estava parado há 2 anos.

Parabenizo a Líder do Governo, juntamente com toda a bancada, com toda a Casa, que realmente conseguiu conduzir os trabalhos.

Parabenizo também os pastores, os padres e os membros religiosos que estiveram nesta Casa. Vocês estão realmente de parabéns! Amanhã votaremos o projeto em segundo turno. Vamos fazer com que, amanhã, realmente ele passe no segundo turno, Sr. Presidente, e vamos corrigir um erro. Há 2 anos que esse projeto está aqui, parado. Parabéns a toda a Casa, à Líder e ao Presidente. Amanhã, estaremos de volta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado Deputado Aylton Gomes. Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos para declaração de voto.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queridos pastores presentes, amigos. Hoje, nós nos congratulamos com a nossa Presidência, com a nossa Líder e, também, por que não dizer, com o Deputado Paulo Tadeu, que num gesto de democracia e de entendimento defendeu claramente a tese da sua igreja em Sobradinho, que ali existe há 47 anos.

As igrejas de todos os cleros trazem, sem dúvida nenhuma, um grande serviço social à nação. Além do aspecto espiritual e do ensino da palavra de Deus, elas trazem também o conforto no sentido social. As igrejas são a maior inclusão social que existe neste País, onde todos têm participação – principalmente nos templos evangélicos – e acesso à Palavra.

A arma do soldado é o fuzil e a do Deputado é o diálogo. Dialogando desarmam-se os espíritos, encontram-se soluções e a vitória vem pacificamente. Por isso, parabenizo V.Exa., nossa Líder e a Oposição, representada pelos Deputados Cabo Patrício e Paulo Tadeu, pelo entendimento que houve. Sem dúvida nenhuma, as nossas igrejas hoje estarão mais alegres do que ontem, pois essa é uma luta de muitos anos. Antes, a intranquilidade, a insegurança em não poder construir um templo definitivo; agora, será uma verdade: todos terão oportunidade de louvarem a Deus com mais paz e tranquilidade. Parabéns a todos nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado Deputado Benedito Domingos. Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato para declaração de voto.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de tudo agradeço a Deus pela grande vitória que nos foi concedida. Agradeço ao Governador José Roberto Arruda por ter enviado esse projeto e aos nobres Deputados pelos votos, especialmente a bancada do Partido dos Trabalhadores. Essa bancada, gentil e sensível a nossa causa – não apenas dos evangélicos mas também dos católicos e de todos que têm suas instituições sociais – , votou a favor desse projeto. São mais de 20 anos de luta, Deputado Paulo Tadeu. Há igrejas que estão esperando há 30 anos pela regularização. Ou mais, como é o caso da sua, uma igreja católica em Sobradinho que está esperando há 47 anos, e de tantas outras há tantos anos.

Essa luta é tão intensa, Deputado Brunelli, que eu, como Presidente do Conselho e pastor do Distrito Federal à época, fui expulso da TERRACAP ao reivindicar a regularização dessas áreas. E, hoje, na luta nossa como Presidente da Federação Nacional de Igrejas Cristãs – FENAIC –, sacramenta-se essa histórica luta em favor da regulamentação dessas áreas. Então, em nome dos evangélicos e especialmente da Federação Nacional de Igrejas Cristãs, a qual represento como Presidente, falo dessa grande vitória e agradeço a todos. Acabou o momento de intranquilidade. Quantas vezes tivemos que entrar na frente de máquinas para impedir a derrubada de templos, e agora se vislumbra que esses títulos sejam entregues às igrejas para que elas edifiquem seus templos.

Então, só temos que agradecer a Deus, em primeiro lugar, e aos nobres pares por esse voto de confiança em favor daqueles que exercem tão bem a divulgação do evangelho e a causa social.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado Deputado Bispo Renato. Concedo a palavra ao Deputado Brunelli para declaração de voto.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de mais nada, agradeço a Deus, pois esse é o nosso posicionamento cristão ao entender que há tempo para todas as coisas; o livro de Eclesiastes diz isso.

Nos tempos que hoje Deus fez, fizeram-se necessárias as modificações da legislação em cima da Lei nº 8.666, de 1993 – a Lei das Licitações. Anteriormente, não tínhamos uma legislação que desse a continuidade da doação dos terrenos, ou seja, o necessário, o ótimo da legislação, que seria a doação. Explico por quê.

Estamos tratando de entidades sociais. A entidade religiosa faz um trabalho de grandiosidade social. O condicionamento de uma palavra através da Bíblia Sagrada modifica o rumo de uma família, transforma o caráter de um cidadão que está excluído da sociedade, incluindo-o, dando a ele uma nova perspectiva de vida.

As igrejas e entidades sociais são sociais, não são comerciais nem industriais. Elas vivem de doações, das ofertas e dos dízimos, que são doações voluntárias de seus membros e frequentadores. Acertado foi o envio dessa mensagem pelo Poder Executivo. Estivemos com o Deputado Leonardo Prudente e com a Deputada Eurides Brito desde o mandato passado tratando disso em uma Comissão Especial, um estudo de mais de 180 dias para considerar as proposições que estão contidas no Projeto de Lei Complementar nº 116, aprovado hoje em primeiro turno. Quiçá amanhã estejamos aprovando o projeto em segundo turno e sua redação final.

Nós nos sentimos com o dever cumprido. Acho que, para mim, tenho uma certeza grande de que este será o projeto mais importante e especial da minha recondução a esta Casa. É um projeto por que lutamos como uma bancada cristã, uma bancada que acredita nos valores católicos, evangélicos e sociais. Entendo que estamos avançando. Precisa haver várias mudanças no Congresso Nacional para colimar, para fortalecer essa legislação a bom tempo. Quem sabe Deus esteja guiando pessoas que estarão fazendo esse pleito nas próximas eleições para Deputado Federal, para Senador, no Congresso Nacional. Devemos fazer a parte que nos cabe também, alçando voos maiores para justificar a nossa vida representando aquelas pessoas menos favorecidas.

Obrigado a Deus, aos nossos nobres Parlamentares. Obrigado pelo cuidado, pelo carinho e pela tolerância, em especial, pelo trabalho muito profícuo. Na nossa luta e na nossa determinação, hoje tenho certeza de que conseguimos alcançar este grande objetivo.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Dr. Charles, estamos no momento da declaração de voto. V.Exa. é o próximo inscrito. Quando terminarmos as declarações, V.Exa. poderá usar a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles para declaração de voto.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia alegre para todos nós Parlamentares, para o povo de Deus, porque votamos uma necessidade de quase 2 anos. Eu queria parabenizar a todos. Havia uma questão regimental e os Deputados Paulo Tadeu, Cabo Patrício e demais permitiram que votássemos hoje essa matéria de tamanha relevância para os cristãos e de suma importância para todos nós.

Parabéns a todos os Parlamentares, a todos os padres e pastores e a todos os religiosos. Foi um momento absoluto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Dr. Charles, ainda ouviremos as declarações do Deputado Reguffe, a minha declaração e a do Deputado Milton Barbosa. Em seguida, V.Exa. poderá fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para declaração de voto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como todos já falaram aqui, a Câmara vive hoje um dia que podemos considerar histórico, porque colocou final ou começa a colocar final em um problema que já se arrasta há muito tempo.

Todos os governos vivenciaram esse problema. Todos! E é aquela velha história: se você faz a cidade, coloca esgoto, coloca água e não coloca asfalto, eles se lembrarão de quem colocou o asfalto. Mas tudo é um processo. Todos os governos participaram das tentativas de regularização das igrejas, das associações e das entidades de classes. Todos têm mérito; mérito maior para o atual governo que enfrentou o problema de ordem legal, fez um grande acordo e trouxe o projeto que hoje acabamos de votar em primeiro turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui o único a votar contra esse projeto. Sou católico praticante, vou à missa todos os domingos, tenho orgulho de ser católico, tenho grandes amigos evangélicos. Penso que as igrejas cumprem, hoje, um papel que, muitas vezes, o Estado não cumpre. No entanto, para ser coerente, sempre votei aqui contra a legalização de invasões de área pública. Por consciência, penso que, ao se legalizar uma invasão, incentivam-se mais invasões num ponto futuro. Foi assim que votei na questão dos puxadinhos, e assim também estou votando na questão das igrejas.

Por isso meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Quero parabenizar, na pessoa do Sr. Dantas, todos os técnicos que trabalharam exaustivamente nesse projeto, os Deputados, os seus assessores, os técnicos da TERRACAP, que, em todos os momentos, estiveram nos acompanhando, e a Liderança de Governo. Essa é uma conquista da cidade, da sociedade, de todos nós.

Quero aqui parabenizar a todos.

Apreciaremos, como item extrapauta, o Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III".

Lembro que há acordo para votação desse projeto, para o qual há necessidade de 13 votos favoráveis, e do Item nº 30, que trata do crédito do IPREVIDF.

Esses serão os 2 únicos itens a serem apreciados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III".

Solicito ao Deputado Paulo Tadeu que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 121, de 2009, que "autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III".

Quanto à adequação orçamentária e financeira da proposição, é de se registrar que ela não trará impacto às contas Distritais, tendo em vista que todos os recursos a serem investidos na construção e manutenção da Escola Técnica advirão do Governo Federal. E a escola, além de abrir vagas para o ensino técnico e profissionalizante de Taguatinga e cidades adjacentes, criará novos empregos na cidade, o que é sempre louvável.

Diante de todo o exposto, voto pela admissibilidade e pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2009, no âmbito desta Comissão.

É o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Deputado Dr. Charles que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 121, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União dos imóveis que menciona, localizados na Região Administrativa de Taguatinga – RA III".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto atende a todas as necessidades. Portanto, somos favoráveis a sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 15/04/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO
☐ REDAÇÃO FINAL EM / /2009

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S)(VIDE ANEXO)
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
☒PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 121/09
☐PROJETO DE LEI Nº(S)
☐PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
☐RECURSO Nº (S)
☐REQUERIMENTO Nº (S)
☐OUTROS
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO
Autor: Deputado(a): ☒Executivo
Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18			6	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 66, de 17/04/2009, juntamente com a ata sucinta da 29ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, devido ao adiantado da hora, não queremos colocar a questão de Vicente Pires, hoje.

No entendimento com a nossa Líder, nós queremos convocar uma reunião técnica para sexta-feira, chamando todos os técnicos do governo, a população, todos os Parlamentares; e, após a discussão, apreciarmos o projeto de Vicente Pires na próxima quarta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Lembro aos Deputados e Assessores da proposta do Deputado Dr. Charles e da Líder do Governo, que na próxima sexta-feira, às 9h, na sala anexa à Presidência, façamos a discussão técnica para apreciar o projeto que trata do segundo turno da Região Administrativa de Vicente Pires.

Então, é importante lembrar aos Deputados para que amanhã ninguém fale que não sabia, Deputado Dr. Charles. Se possível, peço à assessoria que faça um comunicado aos gabinetes.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a inclusão do Requerimento nº 1.493, de 2009, na pauta para ser votado ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.493, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu, Leonardo Prudente, Eurides Brito e Cabo Patrício, ou seja, da Frente Parlamentar para a Cultura, que "solicita que seja transformada em Comissão Geral a sessão plenária do dia 7 de maio de 2009 para discutir as festividades de comemoração dos 50 anos da inauguração de Brasília".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.165, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 1.045.435.043,00 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quarenta e três reais)".

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.165, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R$ 1.045.435.043,00 (um bilhão, quarenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quarenta e três reais)".

Peço permissão para ir à parte conclusiva do meu voto, com relação a essa matéria. (Pausa.)

Não encontramos nenhum óbice de caráter orçamentário e financeiro, e, como foi apresentada uma emenda substitutiva do Relator, Sr. Presidente, o meu parecer ao Projeto de Lei nº 1.165, de 2009, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é favorável na forma do Substitutivo, conforme foi acordado com todos os Líderes.

Portanto, é esse o meu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.165, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. consultasse as Lideranças da Casa para saber se poderíamos entrar em acordo para votar amanhã, em primeiro e em segundo turnos, o Projeto de Lei nº 1.197, de 2009, porque, não havendo acordo, nós vamos ter que nos reunir e encontrar outra solução. Caso contrário, não haverá 21 de Abril. Nós já sabemos da insatisfação, e concordamos com ela, dos grupos culturais do Distrito Federal que estão aqui e com os quais nós da Frente Parlamentar vamos ter reunião logo em seguida, porque ficaram distribuídos por dias que antecedem a data comemorativa, que é o dia 21 de abril.

Nós realmente entendemos isso, mas não podemos, por causa dessa questão que pode ser decidida, pois pode haver um grande concerto não para esse próximo 21 de abril, mas para a comemoração dos 50 anos...

No entanto, se nós não votarmos esse crédito agora, nem eles, os artistas locais, que estão se apresentando em 18, 19 e 20 de abril, vão receber. Vão se apresentar e não vão receber, porque o crédito está aqui para tudo isso.

Então, eu queria que, pelo menos, ou puséssemos votá-lo em primeiro turno hoje e segundo turno amanhã, ou votássemos... Consulte as Lideranças, por favor,

porque nós temos que ter um consenso. Se nós deixarmos para amanhã, corremos o risco de não ter recursos para o 21 de Abril.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. que não há dificuldade para construirmos um acordo, mas é importante lembrar que esse crédito chegou aqui ontem. Foi lido ontem, e já foi colocado em votação hoje. Os Parlamentares desta Casa não têm culpa se o Governo não faz o dever de casa, não faz seu planejamento, sua organização financeira.

Um dia vem pra cá?

O 21 de Abril tinha que ter sido planejado há um ano. Agora, faltando 3 dias para a festa, manda o projeto para a Câmara votar a toque de caixa! Não é que a sociedade vai pagar o pato, primeiro porque estão ali mais de 20 artistas aguardando para resolver o problema, Sr. Presidente, pois a BrasíliaTur, numa decisão na qual nenhum Parlamentar nem a Frente de Cultura participaram, decidiu contratar *shows* de fora, de artistas de renomes nacionais, e os artistas da cidade não foram prestigiados. *Shows* de 450 mil, 500 mil, a exemplo do Edu Casanova, que já deve ter carro novo, apartamento novo com os 800 mil que recebeu.

Então, precisamos nos reunir no cafezinho, conversar com os artistas, com o Presidente da BrasíliaTur para chegarmos a um acordo. Chegando a um acordo com os artistas da cidade, não tenho nenhuma dificuldade em construir um acordo para, amanhã, votarmos em primeiro e segundo turnos. Nós temos que discutir com os artistas da cidade, senão Brasília vai fazer 50 anos no ano que vem e, de novo, no ano que vem, vai chegar um crédito para bancar artistas de outros estados que nem conhecem Brasília, só descem aqui no aeroporto, hospedam-se num hotel, fazem o *show* e vão embora. E quanto aos artistas da cidade – porque nem o Fundo de Cultura nós aprovamos aqui –, nem o Fundo de Cultura está sendo investido neles.

Então, é importante fazermos a reunião para chegarmos a um acordo. Amanhã, construiremos um acordo para votarmos o primeiro e o segundo turno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a sua tolerância, eu acho que essa reunião tem que ser feita na sala de reuniões da Presidência da Câmara, não aqui, no cafezinho. É melhor lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, dependendo da decisão que for tomada, talvez haja a necessidade de

voltarmos para o plenário. Se estivermos aqui no cafezinho, facilita, para evitar a dispersão dos Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Tudo bem, Sr. Presidente. Só pediria que a BrasíliaTur divulgasse quais são os artistas da cidade que têm sido contemplados, porque é difícil entendermos tantos artistas de fora, com rios de dinheiro que ganham aqui. E os daqui? Vamos botar, por exemplo, um conjunto de forró composto por membros do meu estado chamado Caco de Cuia. O Deputado Paulo Tadeu conhece. Vamos botar essas pessoas também.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputado Milton Barbosa.

Solicito à Coordenação de Comunicação da Casa para divulgar com destaque no Portal da Câmara a aprovação do projeto das igrejas e a aprovação do projeto das escolas técnicas no dia de hoje.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu consultei vários Deputados, inclusive o Deputado Paulo Tadeu. Não há dificuldade nenhuma em apreciarmos o Item nº 29, que é um crédito suplementar.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há dificuldade nenhuma para apreciarmos amanhã, até porque há mais de 20 emendas de Parlamentares.

É preciso analisar cada crédito com muito cuidado, com muito critério. Não dá para chegar aqui e votar a toque de caixa!

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós teremos o aniversário de Brasília, que está sendo muito bem cuidado. Deputado Paulo Tadeu, o Corinthians ganhou do São Paulo, V.Exa. viu? Eu sabia que sim.

(intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO GERALDO NAVES - Podia falar no microfone, não é? Nós esperamos... (intervenção fora do microfone.). Pois é, pedi para a Sra. falar no microfone, porque aí nós esperávamos.

O aniversário de Brasília está sendo muito bem cuidado, nobre Deputado Cabo Patrício - futuro sargento, tenente. Dez bandas em cada dia estão escaladas e vão tocar, abrilhantando o aniversário de Brasília. Dez bandas em 2 dias seguidos, em um total de 20 bandas, fora os outros artistas.

Existe uma preocupação das pessoas em criticar o evento do aniversário de Brasília. Todo evento que será feito aqui irão criticar, o pessoal do PT vai criticar. Todo evento será criticado! Agora, tem que botar banda de Brasília! Ninguém veio ao microfone para parabenizar o Governo por estar colocando 10 bandas em um dia e 10 bandas no outro.

O Deputado Cabo Patrício falou aqui que tem de se trazer bandas de Brasília para abrilhantar o evento. A banda da Polícia Militar está convidada. V.Exa. pode pedir ao Paulo Octávio que coloque a banda da Polícia Militar para abrilhantar também, e ela vai tocar, com certeza. A banda do Corpo de Bombeiros vai tocar também, o aniversário de Brasília é para todo mundo.

Então, a BrasíliaTur, o Vice-Governador Paulo Octávio, que está à frente desse evento, com certeza, convidará V.Exa. para estar no palanque para ajudar. V.Exa. que é um grande parceiro deste governo, um grande amigo. É amigo sim senhor! V.Exa. não é inimigo do Paulo Octávio e do Governador Arruda.

O Deputado Cabo Patrício é da instituição Polícia Militar, umas das mais brilhantes do Brasil, que não tem tido o reconhecimento, mas é. A Polícia Militar não tem tido o reconhecimento que deveria ter, ou tem?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Muito bem, agora eu gostei. Pelo menos uma palavra sana.

DEPUTADO GERALDO NAVES – O resto não foi? V.Exa. não é amigo do Governador? Fala no microfone que V.Exa. não é amigo do Governador.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Não, eu não sou amigo do Governador. Sou Deputado Distrital e faço...

DEPUTADO GERALDO NAVES – V.Exa. não é amigo do Vice-Governador Paulo Octávio?

Quero parabenizar a BrasíliaTur, o Paulo Octávio e todos os envolvidos nessa organização. O presidente interino da BrasíliaTur esteve aqui, o Presidente titular licenciado da Câmara Legislativa para tratamento médico é um nobre Parlamentar desta Casa, quero parabenizá-lo pelo evento.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para usar do direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa. , apesar de não ver de forma pejorativa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – (PT. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para deixar claro para o Deputado Geraldo Naves e para todos os Parlamentares, porque S.Exa. faz apontamentos aqui e talvez não tenha a informação por parte do governo. Seria bom que S.Exa., como faz parte da base do governo, buscasse ter conhecimento e não falasse algumas coisas que não têm o mínimo de fundamento.

Primeiro que para o dia 21 de abril não há nenhum artista de Brasília. Há no dia 19 e no dia 20, mas no dia 21, que é a festa, aniversário de Brasília, na Esplanada, não há.

Segundo que a maioria dos *shows* são contratados pela BrasíliaTur, justamente para dispensar licitação, concorrência, transparência. Por que não faz então o que a Frente de Cultura apoiou e defendeu aqui, com os artistas da cidade, junto ao Fundo de Amparo da Cultura, junto à Secretaria de Cultura? Porque é mais difícil, tem de haver licitação e o processo tem de ser transparente.

Todo deputado que vem aqui falar tem que pensar bem antes. Nós estamos aqui para defender a população do Distrito Federal. Qualquer deputado tem que procurar o Governador, o Vice-Governador, qualquer secretário para resolver os problemas da cidade, porque esse governo, com a incompetência que tem, não consegue resolver, e nós os procuramos, com o compromisso que temos, para tentar resolver. Como foi ontem: ficamos até as 23h tentando solucionar a greve dos professores.

V.Exa. disse bem, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não são reconhecidos por esse governo, mas me mostre então qual o setor que é? Dizer que a banda de música da PM e dos Bombeiros vai tocar é institucional, faz parte da instituição do Distrito Federal. Então, eu não quero entrar nesse debate, senão teremos de tomar medidas muito mais rígidas que estas.

Tem de se perguntar, inclusive, por que o Presidente da BrasíliaTur saiu de licença médica. O que aconteceu? Nós temos de perguntar quais os fantasmas que foram para que ele saísse até de licença médica. Porque o Vice-Governador teve que assumir, não sei quem. Agora, tem um presidente interino na BrasíliaTur. A BrasíliaTur é sempre alvo de várias denúncias, que o Ministério Público, inclusive, tem de investigar e apurar.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero sugerir, como acordo de todos os Parlamentares desta Casa, que esses dois

créditos que foram sugeridos sejam votados amanhã em primeiro e segundo turno. Acho que seria mais producente.

Temos uma reunião aqui com os artistas da cidade. Acho que é importante que todos nós Parlamentares desta Casa possamos ouvi-los, porque eles, com certeza, têm um conjunto de informações que, talvez, a maioria desta Casa não tenha ainda. Eu quero apenas, sugerindo esse encaminhamento, propor que encerremos esta sessão agora e dialoguemos com os artistas do Distrito Federal que estão aqui, para esclarecermos melhor todas as dúvidas que surgiram neste debate. De qualquer maneira, quero salientar que o dia 21 de abril é o dia do aniversário de Brasília. O aniversário de Brasília não é no dia 18, no dia 19, no dia 10 de maio. O aniversário de Brasília é no dia 21 de abril. No dia 21 de abril, que é a data principal, os artistas da cidade foram excluídos. Provavelmente, esse é o tema que discutiremos lá.

O Vice-Governador, Paulo Octávio, disse, inclusive, Sr. Presidente, que, no dia 21 de abril, faria atividades culturais que apresentariam a alma do Distrito Federal. A alma do Distrito Federal estaria externada nas atividades. Desculpem-me, com todo o respeito, os artistas que foram convidados nacionalmente, mas Xuxa, Cláudia Leitte etc. não são a alma da cidade. A alma da cidade são os artistas do dia-a-dia, que promovem a cultura, que constroem a cultura desta cidade. Brasília tem artistas de amplitude nacional, que poderiam tocar nesta festa.

Então, até a Orquestra Sinfônica de Brasília foi excluída da festa do dia 21 de abril, no seu aniversário. Então, imaginemos o seguinte, Deputado Wilson Lima: o aniversário de V.Exa. é no dia 21 de abril; os principais convidados de V.Exa. são convidados para o dia 21; os secundários, para os dias 18, 24 e 25. Realmente, foi uma falha muito grande.

Então, proponho esse encaminhamento para começarmos a reunião com os artistas da cidade. Todos os Parlamentares estão convidados para essa reunião com os artistas do Distrito Federal.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, mais uma vez, o Deputado Cabo Patrício... Eu queria falar olhando para S.Exa. aqui, mas S.Exa. saiu. S.Exa. falou que temos de nos informar.

A Deputada Jaqueline Roriz acabou de receber um telefonema do Vice-Governador, Paulo Octávio, que lhe disse que colocará no calendário oficial da festa as bandas, todas as bandas do Distrito Federal. Serão dez no dia 18, dez no dia 19, e há mais algumas. O Paulo Octávio acabou de avisar.

Bem informado não está o Deputado Cabo Patrício. Bem informados estamos nós dos Democratas, que sabemos, inclusive, que a BrasíliaTur abraçará um festival de inverno – parece-me que o nome é esse – que S.Exa. está propondo. Será muito bem-vindo, e nós apoiaremos, com certeza, o festival proposto pelo Deputado Cabo Patrício. O Deputado Cabo Patrício está no cafezinho, mas está-nos assistindo pela televisão.

O Deputado Paulo Tadeu, que também foi embora, falou aqui que a Xuxa não é referência para artista da cidade. Eu duvido que S.Exa., quando garotinho, não dançou "Ilariê". Duvido.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Podemos encerrar a sessão? (Pausa.)

Há concordância do Plenário em encerrarmos a sessão.

Convido todos a conversarmos com os artistas, com o pessoal da cultura no auditório.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h35min)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 71-Suplemento, de 27/4/2009.